



Departamento do Agronegócio

AgroLegis

Federal

Acompanhamento de
Legislações

20 de fevereiro de 2013
Edição 114

Documento Interno

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

Anderson dos Santos

Fabiana Cristina Fontana

Fernando dos Santos Macêdo

Lhais Sparvoli Cardoso da Silva

Maria de Lourdes Rillo

Apoio Institucional: **Rachel Colsera**

Índice:

Infraestrutura

MEDIDA PROVISÓRIA, Nº 606 DE 2013_____02

Altera as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, para autorizar a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal, nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação, e no 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para autorizar a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior; e dá outras providências.

Tributos

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO, Nº 01 DE 2013_____06

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nas operações e prestações interestaduais.

MEDIDA PROVISÓRIA, Nº 582 DE 2012_____08

Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA, Nº 606 DE 2013

Autor: Poder Executivo - Presidente da República

Altera as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, para autorizar a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal, nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação, e no 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para autorizar a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

I - ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES destinadas:

a) à aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica; a estruturas para exportação de grãos líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; e a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; e

b) a projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal.

....." (NR)

Art. 2º A Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

§ 1º O Seguro de Crédito à Exportação poderá ser utilizado por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito à exportação que financiem, refinanciem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira, e as exportações brasileiras de bens e serviços.

§ 2º Nas operações destinadas ao setor aeronáutico em que a análise do risco recair sobre pessoa jurídica diversa do devedor da operação de crédito à exportação, o Seguro de Crédito à Exportação poderá garantir os riscos comerciais, políticos e extraordinários a ela relacionados, conforme dispuser o regulamento desta Lei." (NR)

Art. 3º A Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 20-B. As instituições privadas de ensino superior habilitadas nos termos do § 2º do art. 6º-A ficam autorizadas a criar e ofertar cursos técnicos de nível médio, nas formas e modalidades definidas no regulamento, resguardadas as competências de supervisão e avaliação da

União, prevista no inciso IX do caput do art. 9o da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996." (NR)

Art. 4º A Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º

§ 3º Será admitido, até 31 de dezembro de 2016, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder público e que atendam a crianças de quatro e cinco anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado.

....." (NR)

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013;

192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF

Guido Mantega

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=110733

Data de Apresentação: 19/02/2013

Ementa: Altera as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, para autorizar a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal, nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação, e nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para autorizar a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior; e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que "Autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; altera as Leis nos 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.948, de 16 de junho de 2009, e 9.818, de 23 de agosto de 1999; revoga dispositivos da Medida Provisória no 462, de 14 de maio de 2009, e do Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e dá outras providências.", autorizando a União a conceder ao BNDES subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2013 destinadas a) à aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica; a estruturas para exportação de grãos líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; e a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; e b) a projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal. Altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que "Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências" dispondo que o Seguro de Crédito à Exportação poderá ser utilizado por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito à exportação que financiem, refinanciem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira, e as exportações brasileiras de bens e serviços, e

que, nas operações destinadas ao setor aeronáutico em que a análise do risco recair sobre pessoa jurídica diversa do devedor da operação de crédito à exportação, o Seguro de Crédito à Exportação poderá garantir os riscos comerciais, políticos e extraordinários a ela relacionados, conforme dispuser o regulamento desta Lei. Acresce artigo na Lei no 12.513, de 26 de outubro de 2011, que "Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências", autorizando as instituições privadas de ensino superior habilitadas nos termos do § 2º do art. 6º-A a criar e ofertar cursos técnicos de nível médio, nas formas e modalidades definidas no regulamento, resguardadas as competências de supervisão e avaliação da União, prevista no inciso IX do caput do art. 9º da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996." Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que "Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 6º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências", para admitir, até 31 de dezembro de 2016, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder público e que atendam a crianças de quatro e cinco anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado.

Indexação: Medida Provisória, Alteração, Norma Jurídica, Lei Federal, Autorização, União Federal, Concessão, Subvenção, Natureza Econômica, (BNDES), Destinação, Bens De Capital, Bens de Consumo, Exportação, Energia Elétrica, Inovação, Projeto, Infra Estrutura, Infra Estrutura, Rodovia, Ferrovia, Seguro de Crédito à Exportação, Programa Nacional, Acesso, Ensino, Curso Técnico, Educação, Ensino Profissional.

Tramitação:

19/02/2013 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 2 (duas) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).

À SSCLCN.

Publicação em 19/02/2013 no DOU Página(s): 1 PUB SEÇÃO 1 Nº 33

19/02/2013 - SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória nº 606/2013:

-Publicação no DOU: 19-02-2013.

-Designação da Comissão: em até 48 horas após publicação

-Instalação Prevista da Comissão: 24 horas após designação

-Emendas: até 25-02-2013

-Prazo na Comissão: *

-Remessa do processo à CD: -

-Prazo na CD: até 18-03-2013 (até o 28º dia)

-Recebimento previsto no SF: 18-03-2013

-Prazo no SF: de 19-03-2013 a 1º-04-2013 (42º dia)

-Se modificado, devolução à CD: 1º-04-2013

-Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 02-04-2013 a 04-04-2013 (43º ao 45º dia)

-Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 05-04-2013 (46º dia)

-Prazo final no Congresso: 19-04-2013 (60 dias)

**Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.*

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO, Nº 01 DE 2013

Autor: Poder Executivo – Presidente da República

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nas operações e prestações interestaduais.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º A alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas operações e prestações interestaduais, será de:

I – nas operações e prestações realizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Espírito Santo, destinadas às regiões Sul e Sudeste:

- a) onze por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;
- b) dez por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015;
- c) nove por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016;
- d) oito por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017;
- e) sete por cento no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2022;
- f) seis por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023;
- g) cinco por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024;e
- h) quatro por cento a partir de 1º de janeiro de 2025.

II – nas operações e prestações realizadas nas regiões Sul e Sudeste, destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo, a alíquota será de:

- a) seis por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;
- b) cinco por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015;
- c) quatro por cento a partir de 1º de janeiro de 2016; e

III – nas demais operações e prestações a alíquota será de:

- a) nove por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;
- b) seis por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015;e
- c) quatro por cento a partir de 1º de janeiro de 2016.

Parágrafo único. Nas operações e prestações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus, bem como nas operações interestaduais com gás natural, a alíquota será de 12% (doze por cento).

Art. 2º O disposto no art. 1º não se aplica às operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior, as quais permanecem disciplinadas pela Resolução nº 13, de 25 de abril de 2012.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 22, de 19 de maio de 1989.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=110426

Data de Apresentação: 04/02/2013

Ementa: Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas operações e prestações interestaduais.

Indexação: Fixação, Alíquota, Tributos, Imposto, (ICMS), Tributação, Comercio Interestadual, Operação Interestadual, Transporte Interestadual.

Tramitação:

04/02/2013 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 07 (sete) folhas numeradas e rubricadas.

04/02/2013 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 19:18 - Leitura (encaminhado por meio da Mensagem nº 613, de 2012, da Senhora Presidente da República).

À Comissão de Assuntos Econômicos.

Publicação em 05/02/2013 no DSF Página(s): 678 - 681

05/02/2013 - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão, nesta data.

Matéria aguardando distribuição.

MEDIDA PROVISÓRIA, Nº 582 DE 2012

Autor: Poder Executivo

Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º

§ 1º

II - ao disposto no art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, reduzindo-se o valor da contribuição dos incisos I e III do caput do referido artigo ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de que trata o caput do art. 7º ou à fabricação dos produtos de que trata o caput do art. 8º e a receita bruta total.” (NR)

Art. 2º O Anexo referido no caput do art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011, passa a vigorar:

I - acrescido dos produtos classificados nos códigos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, constantes do Anexo a esta Medida Provisória; e

II - subtraído dos produtos classificados nos códigos 3923.30.00 e 8544.49.00 da TIPI.

Art. 3º Aplica-se o disposto no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, aos produtos referidos no inciso I do caput do art. 2º.

Art. 4º Para efeito de apuração do imposto sobre a renda, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real terão direito à depreciação acelerada, calculada pela aplicação adicional da taxa de depreciação usualmente admitida, sem prejuízo da depreciação contábil das máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos.

§ 1º O disposto no caput se aplica aos bens novos, relacionados em regulamento, adquiridos ou objeto de contrato de encomenda entre 16 de setembro e 31 de dezembro de 2012, e destinados ao ativo imobilizado do adquirente.

§ 2º A depreciação acelerada de que trata o caput:

I - constituirá exclusão do lucro líquido para fins de determinação do lucro real e será controlada no livro fiscal de apuração do lucro real;

II - será calculada antes da aplicação dos coeficientes de depreciação acelerada a que se refere o art. 69 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958; e

III - será apurada a partir de 1º de janeiro de 2013.

§ 3o O total da depreciação acumulada, incluindo a contábil e a acelerada incentivada, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem.

§ 4o A partir do período de apuração em que for atingido o limite de que trata o § 3o, o valor da depreciação, registrado na contabilidade, deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real.

Art. 5º Fica instituído o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes - REIF, nos termos e condições estabelecidos nos arts. 5º a 12.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a forma de habilitação e de coabilitação ao regime de que trata o caput.

Art. 6º É beneficiária do REIF a pessoa jurídica que tenha projeto aprovado para implantação ou ampliação de infraestrutura para produção de fertilizantes e de seus insumos, para incorporação ao seu ativo imobilizado, e a pessoa jurídica coabilitada.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se ainda aos projetos de investimento que, a partir da transformação química dos insumos de que trata o caput, não produzam exclusivamente fertilizantes, na forma do regulamento.

§ 2º Competem ao Ministério de Minas e Energia a definição dos projetos que se enquadram nas disposições do caput e do §1o e a aprovação de projeto apresentado pela pessoa jurídica interessada.

§ 3º Não poderão aderir ao REIF as pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as pessoas jurídicas de que tratam o inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do caput do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 7º A fruição dos benefícios do REIF fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e ao cumprimento dos seguintes requisitos, nos termos do regulamento:

I - investimento mínimo em pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica; e

II - percentual mínimo de conteúdo local em relação ao valor global do projeto.

Art. 8º No caso de venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no projeto de que trata o caput do art. 6º, fica suspenso o pagamento:

I - da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do REIF;

II - da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do REIF;

III - do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do REIF; e

IV - do IPI vinculado à importação, quando a importação for efetuada por estabelecimento de pessoa jurídica beneficiária do REIF.

§ 1º Nas notas fiscais relativas:

I - às vendas de que trata o inciso I do caput, deverá constar a expressão “Venda efetuada com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS”, com a especificação do dispositivo legal correspondente; e

II - às saídas de que trata o inciso III do caput, deverá constar a expressão “Saída com suspensão do IPI”, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.

§ 2º A suspensão do pagamento de tributos de que tratam os incisos I e II do caput converte-se em alíquota zero depois da utilização ou incorporação do bem ou material de construção na execução do projeto de que trata o caput do art. 6º.

§ 3º A suspensão do pagamento de tributos de que tratam os incisos III e IV do caput converte-se em isenção depois da utilização ou incorporação do bem ou material de construção na execução do projeto de que trata o caput do art. 6º.

§ 4º A pessoa jurídica que não utilizar ou incorporar o bem ou material de construção no projeto de que trata o caput do art. 6º fica obrigada a recolher as contribuições e o imposto não pagos em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, na forma da legislação específica, contados a partir da data da aquisição ou do registro da Declaração de Importação - DI, na condição:

I - de contribuinte, em relação à Contribuição para o PIS/PASEP-Importação, à COFINS-Importação e ao IPI vinculado à importação; ou

II - de responsável, em relação à Contribuição para o PIS/PASEP, à COFINS e ao IPI.

§ 5º Para efeitos do disposto neste artigo, equipara-se ao importador a pessoa jurídica adquirente de bens estrangeiros, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.

Art. 9º No caso de venda ou importação de serviços destinados ao projeto referido no caput do art. 6º, fica suspenso o pagamento da:

I - Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica estabelecida no País decorrente da prestação de serviços a pessoa jurídica beneficiária do REIF; e

II - Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes na importação de serviços diretamente por pessoa jurídica beneficiária do REIF.

§ 1º Nas vendas ou importações de serviços de que trata o caput, aplica-se, no que couber, o disposto no § 4º do art. 8º.

§ 2º A suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota zero depois da utilização dos serviços de que trata o caput deste artigo na execução do projeto de que trata o caput do art. 6º.

Art. 10. Fica suspenso, também, o pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita decorrente da locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos a pessoa jurídica beneficiária do REIF, para utilização na execução do projeto de que trata o caput do art. 6º.

Parágrafo único. A suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota zero depois da utilização dos bens locados na execução do projeto de que trata o caput do art. 6º.

Art. 11. Os benefícios de que tratam os arts. 8º a 10 podem ser usufruídos em até cinco anos contados da data de publicação desta Medida Provisória, nas aquisições, importações e locações realizadas depois da habilitação ou coabilitação das pessoas jurídicas beneficiadas pelo REIF.

§ 1º Na hipótese de transferência de titularidade de projeto aprovado no REIF durante o período de fruição do benefício, a habilitação do novo titular do projeto fica condicionada a:

I - manutenção das características originais do projeto, conforme manifestação do Ministério de Minas e Energia;

II - observância do limite de prazo estipulado no caput; e

III - cancelamento da habilitação do titular anterior do projeto.

§ 2º Na hipótese de transferência de titularidade de que trata o § 1º, são responsáveis solidários pelos tributos suspensos os titulares anteriores e o titular atual do projeto.

Art. 12. A Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º-A Ficam reduzidas a zero as alíquotas:

I - da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda dos bens referidos no inciso I do caput do art. 8º efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo; e

II - da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação dos serviços referidos no art. 10 por pessoa jurídica beneficiária do RETID à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.” (NR)

“Art. 9º-B Ficam isentos do IPI os bens referidos no inciso I do caput do art. 8º saídos do estabelecimento industrial ou equiparado de pessoa jurídica beneficiária do RETID, quando adquiridos pela União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.” (NR)

“Art. 11. Os benefícios de que tratam os arts. 9º, 9º-A, 9º-B e 10 poderão ser usufruídos em até cinco anos contados da data de publicação desta Lei, nas aquisições e importações realizadas depois da habilitação das pessoas jurídicas beneficiadas pelo RETID.” (NR)

Art. 13. A Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações

“Art. 4º

§ 6º

I -

d) ficam limitadas a um por cento do imposto sobre a renda devido com relação ao programa de que trata o art. 1º, e a um por cento do imposto sobre a renda devido com relação ao programa de que trata o art. 3º; e

II -

c) ficam limitadas a um por cento do imposto sobre a renda devido em cada período de apuração trimestral ou anual com relação ao programa de que trata o art. 1º, e a um por cento do imposto sobre a renda devido em cada período de apuração trimestral ou anual com relação ao programa de que trata o art. 3º, observado em ambas as hipóteses o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

.....” (NR)

Art. 14. Fica suspenso o pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da venda dos produtos classificados no código 0805.10.00 da TIPI, quando utilizados na industrialização dos produtos classificados no código 2009.1 da TIPI, e estes forem destinados à exportação.

Parágrafo único. É vedada, às pessoas jurídicas que realizem as operações de que trata o caput, a apuração de créditos vinculados às receitas de vendas efetuadas com suspensão.

Art. 15. A pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido calculado sobre o valor de aquisição dos produtos classificados no código 0805.10.00 da TIPI utilizados na industrialização dos produtos classificados no código 2009.1 da TIPI destinados à exportação.

§ 1º O direito ao crédito presumido de que trata o caput aplica-se somente aos produtos adquiridos de pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País.

§ 2º O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação, sobre o valor de aquisição dos produtos classificados no código 0805.10.00 da TIPI, de percentual correspondente a vinte e cinco por cento das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 2003.

§ 3º O crédito presumido não aproveitado em determinado mês poderá ser aproveitado nos meses subsequentes.

§ 4º A pessoa jurídica que até o final de cada trimestre-calendário não conseguir utilizar o crédito presumido de que trata este artigo na forma prevista no caput, poderá:

I - efetuar sua compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II - solicitar seu ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 5º Para fins do disposto neste artigo, considera-se exportação a venda direta ao exterior ou a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica a:

I - empresa comercial exportadora;

II - operações que consistam em mera revenda dos bens a serem exportados; e

III - bens que tenham sido importados.

Art. 16. O saldo de créditos presumidos apurados na forma do § 3º do art. 8º da Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004, relativo aos bens classificados no código 0805.10.00 da TIPI existentes na data de publicação desta Medida Provisória, poderá:

I - ser compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, observada a legislação específica aplicável à matéria; e

II - ser ressarcido em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 1º O pedido de ressarcimento ou de compensação dos créditos presumidos somente poderá ser efetuado:

I - relativamente aos créditos apurados nos anos-calendário de 2008 a 2010, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de publicação desta Medida Provisória; e

II - relativamente aos créditos apurados no ano-calendário de 2011, e no período compreendido entre janeiro de 2012 e o mês de publicação desta Medida Provisória, a partir de 1º de janeiro de 2013.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se somente aos créditos presumidos que tenham sido apurados em relação a custos, despesas e encargos vinculados à receita de exportação, observado o disposto nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003.

Art. 17. O disposto nos arts. 14 e 15 será aplicado somente depois de estabelecidos termos e formas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, respeitado, no mínimo, o prazo de que trata o inciso I do caput do art. 20.

Parágrafo único. O disposto nos arts. 8º e 9º da Lei nº 10.925, de 2004, deixará de ser aplicado aos produtos classificados no código 0805.10.00 da TIPI a partir da data de produção de efeitos definida no caput, desde que utilizados na industrialização dos produtos classificados no código 2009.1 da NCM, e destinados à exportação.

Art. 18. A Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º

I - dez por cento do rendimento bruto, decorrente do transporte de carga;

.....” (NR)

Art. 19. A Lei nº 10.925, de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

§ 3º No caso do inciso XVIII do caput, a redução a zero das alíquotas aplica-se até 31 de dezembro de 2013.” (NR)

Art. 20. Esta Medida Provisória entra em vigor:

I - a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação desta Medida Provisória, em relação aos arts. 1º a 3º e 14 a 17;

II - a partir de 1º de janeiro de 2013, em relação ao art. 18; e

III - na data de sua publicação para os demais dispositivos.

Brasília, 20 de setembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

ANEXO

(Acréscimo no Anexo à Lei no 12.546, de 14 de dezembro de 2011)

NCM
02.07
0210.99.00
03.01
03.02
03.03
03.04
03.06
03.07
1211.90.90
2106.90.30
2106.90.90
2202.90.00
2501.00.90
2520.20.10
2520.20.90
2707.91.00
30.01
30.05
30.06
32.08
32.09
32.14
3303.00.20
33.04
33.05
33.06
33.07
34.01
3407.00.10
3407.00.20
3407.00.90
3701.10.10
3701.10.21
3701.10.29
3702.10.10

3702.10.20
38.08
3814.00
3822.00.10
3822.00.90
3917.40.10
3923.21.90
3926.90.30
3926.90.40
3926.90.50
4006.10.00
40.11
4012.90.90
40.13
4014.10.00
4014.90.10
4014.90.90
4015.11.00
4015.19.00
4415.20.00
4701.00.00
4702.00.00
4703
4704
4705.00.00
4706
4801.00
4802
4803.00
4804
4805
4806
4808
4809
4810
4812.00.00
4813
4816
4818

4819
5405.00.00
5604.90.10
6115.96.00
6307.90.10
6307.90.90
6810.99.00
6901.00.00
69.02
69.04
69.05
6906.00.00
6910.90.00
69.11
6912.00.00
69.13
69.14
11
7001.00.00
70.02
70.03
70.04
70.05
7006.00.00
70.07
7008.00.00
70.09
70.10
70.11
70.13
7014.00.00
70.15
70.16
70.17
70.18
70.19
7020.00
7201.10.00
7204.29.00

7207.11.10
7208.52.00
7208.54.00
7214.10.90
7214.99.10
7228.30.00
7228.50.00
7302.40.00
7306.50.00
7307.21.00
7307.22.00
7307.91.00
7307.93.00
7307.99.00
7308.90.10
7318.12.00
7318.14.00
7318.15.00
7318.16.00
7318.19.00
7318.21.00
7318.22.00
7318.23.00
7318.24.00
7318.29.00
7321.11.00
7325.10.00
7325.99.10
7326.19.00
7415.29.00
7415.39.00
7616.10.00
7616.99.00
8201.40.00
8203.20.10
8203.20.90
8203.40.00
8204.11.00
8204.12.00

8205.20.00
8205.59.00
8205.70.00
82.12
8301.10.00
8418.10.00
8418.21.00
8418.30.00
8418.40.00
8419.19.90
8419.20.00
8419.89.19
8421.29.11
8421.29.19
8443.32.23
8450.11.00
8450.19.00
8450.20.90
8471.30
8473.30.49
8473.40.90
8480.10.00
8480.20.00
8480.30.00
8480.4
8480.50.00
8480.60.00
8480.7
8482.10.10
8482.99.90
8483.10.20
8483.10.90
8504.10.00
8504.40.10
8504.40.21
13
8504.40.29
8504.90.30
8504.90.40

8504.90.90
8507.80.00
8517.18.10
8517.61.99
8517.62.13
8517.62.14
8517.70.91
8518.90.10
8525.50.19
8525.60.90
8529.10.11
8529.10.19
8529.10.90
8529.90.40
8530.10.90
8531.20.00
8531.80.00
8531.90.00
8532.22.00
8532.25.90
8533.40.12
8534.00.39
8535.29.00
8535.40.10
8538.90.10
8538.90.20
8543.70.92
8544.49.00
8602.10.00
8603.10.00
8604.00.90
8605.00.10
8606.10.00
8606.30.00
8606.91.00
8606.92.00
8606.99.00
8607.11.10
8607.19.90

8607.21.00
8607.30.00
8607.91.00
8607.99.00
8608.00.12
8712.00.10
8713.10.00
8713.90.00
87.14
8716.90.90
9001.30.00
9001.40.00
9001.50.00
9002.90.00
9003.11.00
9003.19.10
9003.19.90
9003.90.10
9003.90.90
9004.10.00
9004.90.10
9004.90.20
9004.90.90
9011.20.10
9011.90.10
9018.11.00
9018.12.10
9018.12.90
9018.13.00
9018.14.10
9018.14.90
9018.19.10
9018.19.20
9018.19.80
9018.19.90
9018.20.10
9018.20.20
9018.20.90
9018.31.11

9018.31.19
9018.31.90
9018.32.11
9018.32.12
9018.32.19
9018.32.20
9018.39.10
9018.39.21
9018.39.22
9018.39.23
9018.39.24
9018.39.29
9018.39.30
9018.39.91
9018.39.99
15
9018.41.00
9018.49.11
9018.49.12
9018.49.19
9018.49.20
9018.49.40
9018.49.91
9018.49.99
9018.50.10
9018.50.90
9018.90.10
9018.90.21
9018.90.29
9018.90.31
9018.90.39
9018.90.40
9018.90.50
9018.90.92
9018.90.93
9018.90.94
9018.90.95
9018.90.96
9018.90.99

9019.20.10
9019.20.20
9019.20.30
9019.20.40
9019.20.90
9020.00.10
9020.00.90
9021.10.10
9021.10.20
9021.10.91
9021.10.99
9021.21.10
9021.21.90
9021.29.00
9021.31.10
9021.31.20
9021.31.90
9021.39.11
9021.39.19
9021.39.20
9021.39.30
9021.39.40
9021.39.80
9021.39.91
9021.39.99
9021.40.00
9021.50.00
9021.90.11
9021.90.19
9021.90.81
9021.90.82
9021.90.89
9021.90.91
9021.90.92
9021.90.99
9022.12.00
9022.13.11
9022.13.19
9022.13.90

9022.14.11
9022.14.12
9022.14.13
9022.14.19
9022.14.90
9022.21.10
9022.21.20
9022.21.90
9022.29.90
9022.30.00
9022.90.11
9022.90.12
9022.90.19
9022.90.80
9022.90.90
9025.11.10
9027.80.99
9402.10.00
9402.90.10
9402.90.20
9402.90.90
9406.00.99
9603.21.00
96.16

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=107472

Data de Apresentação: 21/09/2012

Ementa: Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 (Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra; dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI à indústria automotiva e dá outras providências), para dispor que no caso de empresas que se dedicam a atividades que discrimina, o cálculo da contribuição obedecerá ao disposto no art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, reduzindo-se o valor da contribuição que

especifica ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de que trata o caput do art. 7º ou à fabricação dos produtos de que trata o caput do art. 8º (ambos da Lei nº 12.546/2011) e a receita bruta total. Estabelece que o Anexo referido no caput do art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011, passa a vigorar acrescido dos produtos classificados nos códigos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, constantes de Anexo da Medida Provisória; e subtraído dos produtos classificados nos códigos 3923.30.00 e 8544.49.00 da TIPI. Dispõe que aplica-se o disposto no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004 (Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências), aos produtos classificados nos códigos da TIPI de Anexo da Medida Provisória. Estabelece que para efeito de apuração do imposto sobre a renda, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real terão direito à depreciação acelerada, calculada pela aplicação adicional da taxa de depreciação usualmente admitida, sem prejuízo da depreciação contábil das máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, na forma em que especifica. Institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes - REIF, nos termos que estabelece. Determina que é beneficiária do REIF a pessoa jurídica que tenha projeto aprovado para implantação ou ampliação de infraestrutura para produção de fertilizantes e de seus insumos, para incorporação ao seu ativo imobilizado, e a pessoa jurídica coabilitada, nos moldes que discrimina. Estabelece que a fruição dos benefícios do REIF fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e ao cumprimento dos requisitos que elenca, nos termos do regulamento. Dispõe que no caso de venda ou importação de serviços, venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no projeto aprovado de beneficiária do REIF fica suspenso o pagamento das contribuições e impostos que discrimina e na forma que estabelece. Suspende o pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita decorrente da locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos a pessoa jurídica beneficiária do REIF, para utilização na execução do projeto referido nesta Medida Provisória. Dispõe que a suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota zero depois da utilização dos bens locados na execução do citado projeto. Determina que os benefícios de que tratam os arts. 8º a 10 podem ser usufruídos em até cinco anos contados da data de publicação da Medida Provisória, nas aquisições, importações e locações realizadas depois da habilitação ou coabilitação das pessoas jurídicas beneficiadas pelo REIF, nas condições que especifica. Altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 (Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências), para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas que especifica. Isenta do IPI os bens referidos saídos do estabelecimento industrial ou equiparado de pessoa jurídica beneficiária do RETID, quando adquiridos pela União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo. Dispõe que os benefícios de que tratam os arts. 9º, 9º-A, 9º-B e 10 poderão ser usufruídos em até cinco anos contados da data de publicação desta Lei, nas aquisições e importações realizadas depois da habilitação das pessoas jurídicas beneficiadas pelo RETID. Altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 (Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, e dá outras providências), para dispor que as deduções relativas a pessoa física ficam limitadas a um por cento do imposto sobre a renda devido com relação ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON, e a um por cento do imposto sobre a renda devido com relação ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD; e relativamente às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real ficam limitadas a um por cento do imposto sobre a renda devido em cada período de apuração trimestral ou anual com relação ao PRONON, e a um por cento do imposto sobre a renda devido em cada período de apuração trimestral ou anual com relação ao PRONAS/PCD. Suspende o pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da venda dos produtos classificados no código 0805.10.00 da TIPI, quando utilizados na industrialização dos produtos classificados no código 2009.1 da TIPI, e estes forem destinados à exportação. Estabelece que a pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido calculado sobre o valor de aquisição dos produtos classificados no código 0805.10.00 da TIPI

utilizados na industrialização dos produtos classificados no código 2009.1 da TIPI destinados à exportação, nos moldes que especifica. Dispõe que o saldo de créditos presumidos apurados na forma que estabelece, relativo aos bens classificados no código 0805.10.00 da TIPI existentes na data de publicação desta Medida Provisória, poderá ser compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, observada a legislação específica aplicável à matéria; e ser ressarcido em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria, nas formas em que especifica. Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 (altera a legislação do imposto de renda), para dispor que quando o contribuinte auferir rendimentos da prestação de serviços de transporte, em veículo próprio locado, ou adquirido com reservas de domínio ou alienação fiduciária, o imposto de renda incidirá sobre dez por cento do rendimento bruto, decorrente do transporte de carga. Altera a Lei nº 10.925, de 2004 (Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências), para dispor que no caso de massas alimentícias classificadas na posição 19.02 da Tipi, a redução a zero das alíquotas aplica-se até 31 de dezembro de 2013. Estabelece que a Medida Provisória entra em vigor a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação em relação aos arts. 1º a 3º e 14 a 17; a partir de 1º de janeiro de 2013, em relação ao art. 18; e na data de sua publicação para os demais dispositivos.

Indexação: Medida Provisória, Alteração, Regime Especial, Reintegração, Valores, Tributos, Empresa De Exportação, Produto Industrializado, Cálculo, Contribuição Previdenciária, Redução, Valor, Percentagem, Receita Bruta, Atividade, Empresa, Serviço, (Tipi), Imposto De Renda, Pessoa Jurídica, Tributação, Lucro Real, Direitos, Depreciação Acelerada, Aplicação, Taxas, Depreciação, Máquina, Equipamentos, Instrumento, Regime Especial, Incentivo, Desenvolvimento, Infraestrutura, Indústria, Fertilizante, Empresa Beneficiária, Projeto, Aprovação, Implantação, Ampliação, Produção, Insumo, Incorporação, Ativo Imobilizado, Condicionamento, Regularidade, Natureza Fiscal, Secretaria Da Receita Federal Do Brasil, (Mf), Cumprimento, Requisitos, Venda, Importação, Suspensão, Pagamento, Impostos, (Pis-Pasep), (Cofins), Receita, Locação, Prazo Máximo, Isenção, (Ipi), Desoneração Tributária, União Federal, Forças Armadas, Dedução, Pessoa Física, Limitação, Programa Nacional, Apoio, Saúde, Ressarcimento.

Tramitação:

21/09/2012 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 05 (cinco) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).

À SSCLCN.

Publicação em 21/09/2012 no DOU Página(s): 2 - 5 PUB Nº 184 - SEÇÃO I

24/09/2012 - SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Juntadas fls. 06 a 48 referentes à Mensagem nº 100, de 2012-CN (nº 421/2012, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 582, de 20 de setembro de 2012 (DOU de 21/9/2012), incluindo a legislação citada.

À SACM.

24/09/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Recebido neste Órgão, às 11h40.

25/09/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: À SSCLCN

25/09/2012 - SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória nº 582/2012:

-Publicação no DOU: 21-9-2012

-Designação da Comissão: 25-9-2012(SF)

-Instalação Prevista da Comissão: 24 horas após designação

-Emendas: até 27-9-2012

-Prazo na Comissão: *

-Remessa do processo à CD: -

-Prazo na CD: até 18-10-2012 (até o 28º dia)

-Recebimento previsto no SF: 18-10-2012

-Prazo no SF: de 19-10-2012 a 1º-11-2012 (42º dia)

-Se modificado, devolução à CD: 1º-11-2012

-Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 2-11-2012 a 4-11-2012 (43º ao 45º dia)

-Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 5-11-2012 (46º dia)

-Prazo final no Congresso: 19-11-2012 (60 dias)

**Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.*

25/09/2012 - SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Ao Plenário para leitura, designação da comissão mista e comunicação do calendário de tramitação da matéria.

25/09/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Ação: A Senhora Presidente da República adotou, em 20 de setembro de 2012, e publicou no dia 21 do mesmo mês e ano a presente Medida Provisória.

Nos termos dos arts 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

-Composição

Senadores

Titulares Suplentes

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)

Renan Calheiros 1. Ana Amélia

Francisco Dornelles 2. Romero Jucá

Paulo Davim 3. Sérgio Souza

Vital do Rêgo 4. Waldemir Moka

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

Walter Pinheiro 1. Angela Portela

José Pimentel 2. Ana Rita

Aníbal Diniz 3. Eduardo Lopes

Lídice da Mata 4. Vanessa Graziotin

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)

Alvaro Dias 1. Jayme Campos

José Agripino 2. Paulo Bauer

Aloysio Nunes Ferreira 3. Flexa Ribeiro

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)

Gim Argello 1. Alfredo Nascimento

Eduardo Amorim 2. João Vicente Claudino

PSD

Kátia Abreu 1. Sérgio Petecão

**PSOL*

Randolfe Rodrigues

** Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.*

Deputados

Titulares Suplentes

PT

Jilmar Tatto 1. Beto Faro

Janete Rocha Pietá 2. Valmir Assunção

PMDB

Henrique Eduardo Alves 1. Teresa Surita

Marcelo Castro 2. Antônio Andrade

PSD

Guilherme Campos 1. Eduardo Sciarra

Fábio Faria 2. Geraldo Thadeu

PSDB

Bruno Araújo 1. Cesar Colnago

PP

Arthur Lira 1. Jerônimo Goergen

DEM

João Bittar 1. Abelardo Lupion

PR

Lincoln Portela

PSB

Givaldo Carimbão 1. Glauber Braga

PDT

André Figueiredo 1. Ângelo Agnolin

Bloco (PV/PPS)

Stepan Nercessian 1. Sarney Filho

PTB

Jovair Arantes 1. Arnon Bezerra

*PSL **

Dr. Grilo 1.

Observação: para calendário de tramitação ver ação legislativa do dia 25.09.2012.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A matéria está publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os Ofícios das lideranças:

-Ofício nº 52/2012, da Liderança do PSD, no Senado Federal.

-Ofício nº 195/2012, da Liderança do Partido Popular Socialista, na Câmara dos Deputados.

-Ofício nº 196/2012, da Liderança dos Democratas, na Câmara dos Deputados.

-Ofício nº 123/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, no Senado Federal.

Publicação em 26/09/2012 no DSF Página(s): 50434 - 50437

26/09/2012 - SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 16:40 hs.

26/09/2012 - SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: À SACM.

26/09/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Recebido neste Órgão, às 17h30.

27/09/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Anexada cópia do Ofício nº 442-CN, de 26-09-2012, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador José Sarney, dando conhecimento ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, da constituição da Comissão Mista e da fixação do calendário de tramitação da Medida Provisória nº 582, de 2012. (à fl. 58).

27/09/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Anexada Nota Técnica nº 17/2012, da Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls.60 a 66).

27/09/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Convocada reunião de instalação da Comissão Mista para o dia 02 de outubro de 2012, às 14h30, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal (anexada à fl. 62).

***** Retificado em 05/02/2013*****

(anexada à fl. 67).

28/09/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 155 (cento e cinquenta e cinco) emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Senador INÁCIO ARRUDA (PCdoB) 001; 002; 003; 155; Senador FRANCISCO DORNELLES (DEM) 004; 061; 062; 063; 064; 065; 110; Deputado ALCEU MOREIRA (PMDB) 005; Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB) 006; 007; 008; 009; 010; 074; 075; 076; 077; 078; 135; 136; 137; 138; 139; Deputado

RUBENS BUENO (PPS) 011; Deputado EDUARDO CUNHA (PMDB) 012; Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA (PR) 013; Deputado CÂNDIDO VACCAREZZA (PT) 014; Deputado DANILO FORTE (PMDB) 015; Deputado PAULINHO PEREIRA DA SILVA (PDT) 016; 017; Deputado OTÁVIO LEITE (PSDB) 018; 019; 020; Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB) 021; 022; 028; 154; Deputado ORMAR SERRAGLIO (PMDB) 023; 024; 025; 026; 027; Deputado VANDERLEI SIRAQUE (PT) 029; Deputado FELIPE MAIA (DEM) 030; 031; 032; Deputado MAURO BENEVIDES (PMDB) 033; Senador ROMERO JUCÁ (PMDB) 034; 035; Deputado CLÁUDIO PUTY (PT) 036; 037; 038; Senador PAULO BAUER (PSDB) 039; Deputado SANDRO MABEL (PMDB) 040; 041; 042; 043; 044; Deputado CELSO MALDANER (PMDB) 045; Deputado ANDRÉ VARGAS (PT) 046; 047; 048; 049; Senador DELCÍDIO DO AMARAL (PT) 050; Deputada CIDA BORGHETTI (PP) 051; 052; Deputado HUGO LEAL (PSC) 053; 079; Deputado IZALCI (PR) 054; 055; 056; 057; Deputada CARMEN ZANOTTO (PPS) 058; 059; 060; Deputado MIGUEL CORREA (PT) 066; Senador CLÉSIO ANDRADE (PMDB) 067; 068; 134; Deputado REGUFFE (PDT) 069; Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB) 070; Senadora ANA AMÉLIA (PP) 071; Deputado CARLOS EDAURDO CADOCA (PSC) 072; 073; Deputado EDUARDO SCIARRA (PSD) 080; Deputado ODAIR CUNHA (PT) 081; 082; 083; 084; Deputado ARNALDO JARDIM (PPS) 085; 144; 145; 146; 147; 148; 149; 150; 151; 152; 153; Deputado NELSON MARQUEZELLI (PTB) 086; 090; Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT) 087; 088; Senador GIM ARGELLO (PTB) 089; 114; 115; Deputado GUILHERME CAMPOS (PSD) 091; 092; 093; 094; 095; 096; Senador FLEXA RIBEIRO (PSDB) 097; 098; Senador LOBÃO FILHO (PMDB) 099; 100; 101; Deputado MARCOS MONTES (PSD) 102; 103; Senador ARMANDO MONTEIRO (PTB) 104; 140; 141; 142; 143; Senador HUMBERTO COSTA (PT) 105; Deputado CARLINHOS ALMEIDA (PT) 106; Deputado DIEGO ANDRADE (PSD) 107; Deputada GORETE PEREIRA (PR) 108; Deputado ONYX LORENZONI (DEM) 109; Deputado RONALDO BENEDET (PMDB) 111; Senador SÉRGIO SOUZA (PMDB) 112; 113; Deputado MOREIRA MENDES (PSD) 116; 117; 118; 119; 120; 121; 122; 123; Deputado ALFREDO KAEFER (PR) 124; 125; 126; 127; 128; 129; 130; 131; 132; Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA (PMDB) 133.

Publicação em 29/09/2012 no DSF Página(s): 51178 - 51396

01/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Anexadas Emendas nºs 46, 47, 48, 49, 72, 73, 80, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 116, 117, 118, 122 e 155 com a assinatura dos autores, em substituição às cópias assinadas eletronicamente (fls. 335 a 364).

01/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Anexado requerimento de retirada da Emenda nº 86, apresentado pelo Deputado Nelson Marquezelli (fls. 365 e 366).

02/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Anexadas Emendas nºs 97 e 98 com a assinatura do autor, Senador Flexa Ribeiro, em substituição às cópias assinadas eletronicamente (fls. 367 a 372).

02/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Anexadas Emendas nºs 104, 133, 140, 141, 142 e 143 com a assinatura dos autores, em substituição às cópias assinadas eletronicamente (fls. 373 a 379).

02/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: A Reunião convocada para esta data, destinada à instalação da Comissão, não se realizou por falta de quorum.(Anexados Lista de Presença e Termo de Reunião às fls. 380 a 382).

Publicação em 03/10/2012 no DSF Página(s): 51979

03/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Anexados avulsos do texto da Medida Provisória e das Emendas apresentadas.

03/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Anexada Emenda nº 109 com a assinatura do autor, Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição à cópia assinada eletronicamente (fls. 385 a 387).

10/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Passam a integrar a Comissão os seguintes Parlamentares:

- Deputado Leandro Vilela, como membro titular, e Deputados Ronaldo Benedet e Eduardo Cunha, como membros suplentes; conforme Ofício nº 986/12, da Liderança do PMDB da Câmara, lido na Sessão do Senado Federal em 10/10/2012 (anexado às fls. 388);

- Deputado Arnaldo Faria de Sá, como membro titular, e Deputado Nelson Markezelli, como membro suplente;

conforme Ofício nº 374/12, da Liderança do PTB na Câmara, lido na Sessão do Senado Federal em 10/10/2012(anexado às fls. 389);

- Deputada Rosane Ferreira, como membro suplente; conforme Ofício nº 204/12, da Liderança do Bloco PV, PPS da Câmara, lido na Sessão do Senado Federal em 10/10/12 (anexado às fls. 390).

Publicação em 11/10/2012 no DSF Página(s): 53348 - 53350

11/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Passam a integrar a Comissão os seguintes Parlamentares:

- Deputados Diego Andrade e Guilherme Mussi, como membros titulares; e

- Deputados Hugo Napoleão e Marcos Montes, como membros suplentes; conforme Ofício nº 998/12, da Liderança do PSD na Câmara, lido na Sessão do Senado Federal em 11/10/2012 (anexado às fls. 583).

****** Retificado em 07/11/2012 ******

(anexado à fl. 391).

Publicação em 12/10/2012 no DSF Página(s): 53586

15/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 17 de outubro de 2012, às 10h30, no Plenário nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal (anexada Convocação à fl. 392).

16/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Passa a integrar a Comissão o Senador Marco Antônio Costa, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, conforme Ofício nº 68/2012, da Liderança do PSD, lido na Sessão do Senado em 16/10/2012 (anexado à fl. 393).

Publicação em 17/10/2012 no DSF Página(s): 54031 - 54033

17/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Na 1ª Reunião realizada em 17/10/2012, é instalada a Comissão, sendo eleitos o Senador Walter Pinheiro para Presidente e o Deputado Vanderlei Siraque para Vice-Presidente; e, designados para Relator e Relator Revisor o Deputado Marcelo Castro e o Senador Francisco Dornelles, respectivamente (anexada Lista de Presença às fls 394 e 395).

***** Retificado em 07/11/2012 *****

(anexada Lista de Presença às fls 395 e 396).

Publicação em 09/02/2013 no DSF Página(s): 2640 - 2642 PUB PUB ATA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

17/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Anexado Ofício nº 158/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, sugerindo a indicação do Senador Armando Monteiro para exercer a Presidência da Comissão Mista (fl.394).

17/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Passam a integrar a Comissão os seguintes Parlamentares:

- Deputados Vanderlei Siraque e Pedro Eugênio, como membros titulares, e Deputados Newton Lima e Odair Cunha, conforme Ofício nº 599/12, da Liderança do PT na Câmara, lido na Sessão do Senado Federal em 16/10/2012 (anexado à fl. 397);

- Deputado Renato Molling, como membro titular, em substituição ao Deputado Arthur Lira, conforme Ofício nº 518/12, da Liderança do PP na Câmara, lido na Sessão do Senado Federal em 17/10/2012 (anexado à fl. 398);

- Deputado Giovanni Queiroz, como membro titular, em substituição ao Deputado André Figueiredo, e o Deputado Zé Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ângelo Agnolin, conforme Ofício nº 434/12, da Liderança do PDT na Câmara, lido na Sessão do Senado Federal em 17/10/2012 (anexado à fl. 399);

- Deputado Arnaldo Jardim, como membro titular, em substituição ao Deputado Stepan Nercessian, conforme Ofício nº 210/12, da Liderança do Bloco PV, PPS na Câmara, lido na Sessão do Senado Federal em 17/10/2012 (anexado à fl.400);

- Deputado Aelton Freitas, como membro titular, em substituição ao Deputado Lincoln Portela, conforme Ofício nº 529/12, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB na Câmara, lido na Sessão do Senado Federal em 17/10/2012 (anexado à fl.401).

Publicação em 17/10/2012 no DSF Página(s): 54730 - 54731

Publicação em 18/10/2012 no DSF Página(s): 54962 - 54964

18/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Anexado Requerimento, do Deputado Eduardo Sciarra, que solicita a retirada da Emenda nº 80, de sua autoria.

***** Retificado em 29/11/2012 *****

Às fls. 402.

18/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional o Ofício nº 1/2012, dos Senadores José Pimentel e Walter Pinheiro, Presidente Eventual e Presidente Eleito da Comissão Mista, comunicando o resultado da 1º Reunião (anexado à fl. 403).

Publicação em 19/10/2012 no DSF Página(s): 55331

18/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Passam a integrar a Comissão os seguintes parlamentares:

- Senadores Clésio Andrade, Francisco Dornelles, Casildo Maldaner e Eduardo Braga, como membros titulares; e Senadores Pedro Simon, Roberto Requião, Vital do Rêgo e Ivo Cassol, como

membros suplentes, conforme Ofício nº 326/2012, da Liderança do PMDB no Senado Federal, lido na Sessão do Senado Federal em 18/10/2012 (anexado à fl. 404)

Publicação em 19/10/2012 no DSF Página(s): 55350 - 55351

29/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Passa a integrar a Comissão o Senador Tomás Correia, como membro suplente, em substituição ao Senador Roberto Requião, conforme Ofício nº 332/2012, da Liderança do PMDB no Senado Federal, lido na Sessão do Senado Federal em 29/10/2012 (anexado à fl. 405)

Publicação em 30/10/2012 no DSF Página(s): 56770 - 56771

30/10/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Passa a integrar a Comissão o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro suplente, conforme Ofício nº 533/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB, lido na Sessão do Senado em 30/10/2012 (anexado às fls. 407).

Publicação em 31/10/2012 no DSF Página(s): 57255 - 57256

12/11/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Anexado Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador José Sarney, nº 49, de 2012, comunicando a prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória pelo período de sessenta dias, cumprindo o que dispõem o § 1º do art. 10 da Res. 1/2012-CN e o § 7º do art. 62 da Constituição Federal; e cópia do Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2012, contendo a respectiva publicação (às fls. 408 e 409).

Publicação em 10/11/2012 no DSF Página(s): 60105

27/11/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Passa a integrar a Comissão, como membro suplente, o Senador Cidinho Santos, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, conforme Ofício nº 187/12, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado, lido na Sessão do Senado Federal em 27/11/2012 (anexado à fl. 410).

Publicação em 28/11/2012 no DSF Página(s): 64200 - 64201

28/11/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: A Presidência designa o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Abelardo Lupion, para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 582 de 2012, conforme o Ofício nº 233 de 2012, da Liderança do Democratas na Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado em 28/11/2012 (Anexado às fls. 411 e 412).

Publicação em 29/11/2012 no DSF Página(s): 64389 - 64390

05/12/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Anexada cópia do Diário Oficial da União de 05/12/2012 (Seção 1) em que consta a publicação do Decreto nº 7.854, de 4 de dezembro de 2012, que regulamenta a presente Medida Provisória (fls. 413 a 415).

07/12/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: A Presidência designa o Deputado Antonio Balhmann, como membro titular, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à

Medida Provisória nº 582, de 2012, conforme o Ofício nº 209, de 2012, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal em 07/12/2012 (anexado às fls. 416 e 417).

Publicação em 08/12/2012 no DSF Página(s): 67593 - 67594

12/12/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 13 de dezembro de 2012 (anexada Convocação à fl. 418).

13/12/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Reunida a Comissão nesta data é realizada a 2ª Reunião da Comissão.

O Relator, Deputado Marcelo Castro procede a leitura do Relatório, que conclui pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 582/2012; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MP e das emendas apresentadas; pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da MP e das emendas apresentadas; e no mérito, pela aprovação desta Medida Provisória e pela aprovação, total ou parcial, das Emendas nos 1, 3, 7, 10, 14, 15, 26, 33, 37, 39, 40, 42, 61, 63, 67, 75, 76, 85, 91, 92, 101, 106, 110, 111, 123, 130, 134, 145, 146, 153, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das demais Emendas.

Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos dos §§ 1º e 4º do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

(Anexadas Lista de Presença e Relatório às fls. 419 a 514).

Publicação em 09/02/2012 no DSF Página(s): 2642 - 2648 PUB PUB ATA 2ª REUNIÃO

14/12/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 18 de dezembro de 2012 (anexada Convocação à fl. 515).

18/12/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: A Presidência designa o Senador Blairo Maggi, como membro suplente, em substituição ao Senador Cidinho Santos, para integrar a Comissão Mista, conforme o Ofício nº 229/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, lido na Sessão do Senado Federal em 17/12/2012 (anexado às fls. 516 a 518).

Publicação em 18/12/2012 no DSF Página(s): 72863 - 72866

18/12/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: A Reunião convocada para esta data foi adiada pelo Presidente, Senador Walter Pinheiro, para o dia 19 de dezembro de 2012.

****** Retificado em 19/12/2012 ******

A Reunião convocada para esta data foi cancelada, por falta de quórum.

(Anexados Lista de Presença e Termo de Reunião às fls. 519 a 521).

Publicação em 09/02/2013 no DSF Página(s): 2638

18/12/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 19 de dezembro de 2012 (anexada Convocação à fl. 522).

19/12/2012 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: A Reunião convocada para esta data foi cancelada, por falta de quórum.

(Anexados Lista de Presença e Termo de Reunião às fls. 523 a 525).

Publicação em 09/02/2013 no DSF Página(s): 2639

05/02/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 06 de fevereiro de 2013 (anexada Convocação à fl. 526).

06/02/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Reunida a Comissão nesta data, é realizada a 3ª Reunião.

São aprovadas as Atas das 1ª e 2ª Reuniões.

O relator, Deputado Marcelo Castro, apresenta Complementação de Voto concluindo pela aprovação da Medida Provisória, acatando total ou parcialmente as Emendas nºs 1, 3, 7, 10, 14, 15, 26, 33, 37, 42, 61, 67, 85, 91, 92, 101, 106, 110, 130, 134, 146, 149, 153 e 154, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado.

O Presidente, Senador Walter Pinheiro, comunica que foram apresentados os requerimentos de destaque nºs 1 a 5. Os requerimentos nºs 1, 2 e 4 ficam prejudicados por estarem ausentes os autores. O requerimento nº 3 foi retirado pelos autores. Colocado em votação, o requerimento nº 5 foi rejeitado pela Comissão.

Colocado em votação, é aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão.

A Presidência submete ao Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da 3ª Reunião, que é aprovada.

(Anexados Lista de Presença, Atas da 1ª e da 2ª Reuniões, Complementação de Voto, Requerimentos de Destaque para votação em separado nºs 1 a 5, Lista de Assinatura do Parecer, e Texto final às fls. 527 a 553).

****** Retificado em 06/02/2013******

às fls. 527 a 578

Publicação em 09/02/2013 no DSF Página(s): 2648 - 2660 PUB PUB ATA 3ª REUNIÃO

06/02/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Anexada ata, juntamente com os apanhamentos taquigráficos, da 3ª Reunião da Comissão. (às fls. 579 a 594)

06/02/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: A Presidência designa a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nºs 582, de 2012, conforme o Ofício nºs 002/2013-GLPSD, da Liderança do PSD no Senado Federal, lido na Sessão do Senado de 06/02/2013 (anexado às fls. 595 e 596)

Publicação em 07/02/2013 no DSF Página(s): 1803 - 1804

06/02/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: À SCLCN, para prosseguimento de sua tramitação.

06/02/2013 - SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Ação: Recebido nesta data, às 18h50.

06/02/2013 - SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Ação: Juntadas as páginas da Ordem do Dia do Congresso Nacional de 7-2-2013, contendo a composição da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a presente Medida Provisória e a tramitação da matéria no Senado Federal, às fls. 597 a 609 (Volume II).

07/02/2013 - SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Ação: À SATA, para publicação, no Diário do Senado Federal e em avulsos, do Parecer nº 1, de 2013-CN, da Comissão Mista destinada a apreciar a presente Medida Provisória, que concluiu favoravelmente à matéria, apresentando o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2013.

Posteriormente, ao PLEG, para providências referentes ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2013.

Em seguida, à SEXP para envio à Câmara dos Deputados.

07/02/2013 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

*Ação: Nesta data foi encaminhado à SEEP o Parecer nº 1, de 2013-CN, para confecção de avulsos.
(Publicado no DSF de 08/02/2013)*

Publicação em 08/02/2013 no DSF Página(s): 2300 - 2458